


QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR NA CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO NO ABC PAULISTA

Dra. Sanny da Silva Rosa  0000-0001-5044-6156

Mércia Leiza Maia  0000-0001-7682-4709

William Santos Nascimento  0000-0003-2288-4727

Xirlaine do Anjos Sousa  0000-0003-1705-0998

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

RESUMO: O trabalho discute os desafios de gestores escolares frente às inconsistências das orientações curriculares dos sistemas públicos de educação básica de Diadema e Ribeirão Pires. Em Diadema, as pré-escolas convivem com quatro orientações curriculares: Proposta Curricular para a Educação Infantil da Secretaria Municipal de Diadema, Sistema SESI, o PNAIC e a BNCC. Em Ribeirão Pires, o estudo focaliza o currículo das oficinas pedagógicas dos anos iniciais do ensino fundamental em uma escola da rede estadual paulista de tempo integral que não prevê um currículo para as atividades do contraturno escolar. Tendo em vista esses dois cenários, discute-se as implicações das (des)orientações

curriculares para o trabalho de gestores e professores frente ao compromisso de oferecer uma educação pública de qualidade. Os trabalhos se valem das contribuições de autores que discutem a relação entre currículo e justiça social (SACRISTÁN, 2013; PONCE, 2018); e o conceito de qualidade social da educação (DOURADO; OLIVEIRA, 2009; BERTAGNA, 2017; SORDI et al (2026); SILVA (2009). A metodologia é de caráter qualitativo, incluindo análise de documentos e procedimentos da pesquisa-ação colaborativa. A conclusão é que o currículo deve ser construído em parceria com a comunidade escolar para melhor atender aos seus anseios.

PALAVRAS-CHAVE: Orientações curriculares; Qualidade Social da Educação; Gestão Democrática Escolar.

QUALITY OF EDUCATION AND CHALLENGES OF SCHOOL MANAGEMENT IN BUILDING CURRICULUM IN ABC PAULISTA

ABSTRACT: The paper discusses the challenges of school administrators in the face of inconsistencies in the curricular guidelines of the public basic education systems in Diadema and Ribeirão Pires. In Diadema, preschools live with four curricular guidelines: Curriculum Proposal for Early Childhood Education from the Municipal Department of Diadema, SESI System, PNAIC and BNCC. In Ribeirão Pires, the study focuses on the curriculum of the pedagogical workshops of the early years of elementary school in a full-time school in the state of São Paulo that does not provide a curriculum for school activities. In view of these two scenarios, the implications of the curricular (de) guidelines for the work of

managers and teachers are discussed in view of the commitment to offer quality public education. The works draw on the contributions of authors who discuss the relationship between curriculum and social justice (SACRISTÁN, 2013; PONCE, 2018); and the concept of social quality in education (DOURADO; OLIVEIRA, 2009; BERTAGNA, 2017; SORDI et al (2026); SILVA (2009). The methodology is of a qualitative character, including analysis of documents and procedures of collaborative action research. The conclusion is that the curriculum must be built in partnership with the school community to better meet their desires.

KEYWORDS: Curriculum guidelines; Social Quality of Education; School Democratic Management.



1 INTRODUÇÃO

Este trabalho está relacionado a duas pesquisas em andamento que discutem currículo nos municípios de Diadema e de Ribeirão Pires, como também a uma pesquisa que versa sobre a gestão democrática nos municípios de Diadema e Ribeirão Pires, localizados na região do Grande ABC Paulista. Este estudo propõe uma discussão quanto aos desafios que os gestores escolares têm enfrentado referentes às inconsistências das orientações curriculares emanadas dos órgãos centrais dos referidos sistemas públicos de educação básica.

Especificamente, nos municípios de Diadema e Ribeirão Pires, seja por omissão, seja pela sobreposição de propostas curriculares contraditórias entre si, gestores e professores veem-se diante do grande desafio de encontrar arranjos pedagógicos para garantir o direito por uma educação de qualidade aos seus alunos. Educação de qualidade implica em gestão democrática como um dos princípios garantidos pela legislação brasileira, por meio da Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN 9394/96) e pelo Plano Nacional de Educação (PNE). Embora os documentos oficiais prognostiquem a democratização nas escolas, lamentavelmente, se esbarram em mecanismos tradicionais, padronizados e antidemocráticos na educação. O termo “gestão democrática” apresenta-se trivialmente no território educacional, intitulada como uma prática fundamental nas relações escolares, porém, sem muita consistência no desenvolvimento de suas ações do cotidiano escolar.

Em relação a Diadema, as pré-escolas convivem, atualmente, com pelo menos quatro orientações curriculares: a Proposta Curricular para a Educação Infantil da Secretaria Municipal de Diadema, publicada em 2007; a do Sistema SESI, implementado em 2014, após a mudança de gestão municipal; as diretrizes curriculares do Programa Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa - PNAIC -, ao qual o município aderiu em 2017; e, mais recentemente, as orientações da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Básica – BNCC. As orientações de todos esses documentos oficiais chegam às escolas e a



gestão precisa discutir com seu grupo o trabalho a ser realizado diante dessa multiplicidade de currículos.

Em Ribeirão Pires, o estudo focaliza o currículo das oficinas pedagógicas dos anos iniciais do ensino fundamental em uma escola da rede estadual paulista de tempo integral, no âmbito do Programa ETI (Escola de Tempo Integral) que não prevê um currículo para as atividades do contraturno escolar. Aqui as discussões estão concentradas em como se torna possível a construção e discussão de um currículo pela equipe escolar, ou seja, a construção de um currículo escolar alicerçada na gestão democrática. Vale ressaltar, que currículo não se resume apenas em disciplinas tradicionais, mas perpassa o contexto social, político, histórico e cultural do indivíduo. Nesse viés o sujeito deve protagonizar a construção do conhecimento, partindo do conhecimento cotidiano e posteriormente para o conhecimento elaborado. Cabe refutar que, para que haja a construção coletiva do currículo e não simplesmente sua imposição, é fundamental a gestão democrática factual e realista. Nessa perspectiva, Paro (2002) salienta que “não pode haver democracia plena sem pessoas democráticas para exercê-la”, ou seja, para que a democratização das escolas não seja utópica, as relações escolares devem ser permeadas pela participação de todas as classes envolvidas no contexto educacional, bem como no compartilhamento das ações e decisões, é necessário que a democracia transpasse os papéis, ultrapasse os discursos e se concretize nas ações cotidianas do espaço escolar.

Tendo em vista esses dois cenários, o objetivo deste trabalho é discutir as implicações das (des)orientações curriculares para o exercício da equipe gestora junto aos docentes dos cenários pesquisados, frente ao compromisso de oferecer uma educação pública de qualidade, como determina a Constituição Federal de 1988 e a legislação educacional brasileira.

Para a análise desses dois contextos, utiliza-se como embasamento teórico as contribuições de autores que discutem a relação entre currículo e justiça social (SACRISTÁN, 2013; PONCE, 2018); o conceito de qualidade social da



educação (DOURADO, OLIVEIRA, 2009; BERTAGNA, 2017, SORDI, 2016 e SILVA, 2009) e a concepção de gestão democrática escolar (PARO, 2002; ROMÃO E PADILHA 2001 e DOURADO, 2013) Sob esse viés, a pesquisa discutirá o conceito chave de currículo, justiça curricular, qualidade social da educação e suas relações com a gestão democrática, apontando para um posicionamento crítico sobre eles.

Tendo isso em vista, primeiramente é feita a revisão teórica deste estudo; na sequência, apresenta-se o percurso metodológico e a caracterização dos dois contextos; posteriormente, realiza-se a análise e discussão dos dados; por fim, as considerações finais deste trabalho.

2 INTRODUÇÃO FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para discutir sobre qualidade social da educação esse trabalho traz entendimentos distintos do que se entende por educação. Existe a compreensão quanto à educação como uma restrição de algumas etapas de escolarização que são demonstradas de forma sistemática através do sistema escolar. No entanto, há o entendimento sobre a educação como espaço múltiplo que ocorre por meio de processos sistemáticos e assistemáticos, tendo em vista, diferentes atores, espaços e dinâmicas formativas (DOURADO E OLIVEIRA, 2009).

Diante disso, cabe apontar que quando se entende a educação como etapas de escolarização apresentadas de forma sistemática, como por exemplo, dividida por meio de avaliações de larga escala, a qualidade que aqui emerge é a que cada escola possui e esse retrato não é capaz de identificar a realidade e o que significativamente o aluno se apropriou como conhecimento (SORDI et al., 2016).

Conforme apontado por Silva (2009) a qualidade da educação, na perspectiva econômica, tem por objetivo demonstrar que o conceito de qualidade dispõe de parâmetros de utilidade, praticidade e comparabilidade, utilizando medidas e níveis mensuráveis, padrões, rankings, testes comparativos,



hierarquização e standardização próprias do âmbito mercantil. Logo, não é capaz de adentrar as peculiaridades da formação do sujeito.

Nesse sentido, a educação pública precisa ter qualidade social (SILVA, 2009). Entretanto, para a educação ser considerada adequada não é suficiente atender os critérios definidores por alguns grupos: ora nos aspectos instrucionais básicos ora para assegurar o mínimo dos que dela mais necessitam (SORDI et al., 2016). Sordi et al. (2016) acrescentam ainda outra contribuição:

A forte presença da avaliação (principalmente as avaliações de larga escala) nas políticas recentes, [...], e, a disputa por outra compreensão e uso da mesma tem exigido a revelação das bases que se assentam o entendimento da formação humana que se pretende construir/fomentar para a nossa sociedade, pois embora o desejo seja a qualidade da educação, os fins e os meios para sua obtenção revelam projetos de educação e sociedade opostos/disparos (SORDI et al., 2016, p. 33).

A posição apresentada pelos autores indica a necessidade de uma reflexão sobre o caminho para se conquistar uma qualidade da educação sob o viés de processos avaliativos. Diante disso, coadunando com tais colocações, o presente trabalho reforça o entendimento de que a qualidade da educação precisa estar pautada sob a perspectiva social da educação, ao compreender o sujeito como ser integral e em constante formação (SILVA, 2009).

Para fomentar a discussão a respeito da qualidade da educação e assim apresentar o conceito defendido nesse trabalho sobre a qualidade social da educação, Dourado, Oliveira e Santos (2007) trazem reflexões em relação ao termo qualidade da educação baseando-se em revisão da literatura que também envolve o levantamento de estudos, pesquisas e avaliações. Pelo referido estudo, os autores apresentam a qualidade da educação como um fenômeno bastante complexo que abrange múltiplas dimensões. Dimensões essas, extras e intraescolares das quais apontam a necessidade em considerar os diferentes atores, dinâmicas pedagógicas, processos de ensino-aprendizagem, currículos,



expectativas de aprendizagem e os fatores externos a escola que exercem influência direta ou indireta nos resultados educativos.

Compactuando do mesmo pensamento, Bertagna (2017) discute que a qualidade da educação deve ter em vista dimensões que potencializem e contribuam para uma formação mais humana em que estejam assentadas em princípios formativos dos quais permitam o desenvolvimento do indivíduo em sua totalidade e que garanta, satisfatoriamente, o seu direito a educação.

Na discussão em torno do termo qualidade social na escola pública, Sordi et al. (2016) orientam que os caminhos devam ser traçados em prol da construção de um mundo melhor, nos quais se atentem as vidas desumanizadas das crianças e dos jovens com o compromisso sério de reverter esse processo. Continuam argumentando que a humanização dessas crianças e jovens ocorrerá quando for possível que eles sejam, de fato, incluídos nos espaços educativos e que neles venham atuar como protagonistas de seus processos de ensino-aprendizagem; que sejam produtores de significados, de cultura e de conhecimento, além de se tornarem capazes de refletir sobre sua condição e de transformarem os rumos de seus caminhos.

Para se pensar em uma educação de qualidade social se faz necessário à apresentação de alguns elementos indicadores desta qualidade. Tendo em vista os estudos realizados por Silva (2009), são apontados os seguintes elementos:

Quadro 1: Determinantes externos que contribuem para a referência da qualidade da educação escolar

Elementos/ Dimensões	Aproximações para entendimento
Fatores socioeconômicos	Como condições de moradia; situação de trabalho ou de desemprego dos responsáveis pelo estudante; renda familiar; trabalho de crianças e de adolescentes; distância dos locais de moradia e de estudo.
Fatores socioculturais	Como escolaridade da família; tempo dedicado pela família à formação cultural dos filhos; hábitos de leitura em casa; viagens, recursos tecnológicos em casa; espaços sociais frequentados pela família; formas de lazer e de aproveitamento do tempo livre; expectativas dos familiares em relação aos estudos e ao futuro das crianças e dos jovens.
Financiamento	Com recursos previstos e executados; decisões coletivas referentes aos recursos da escola; conduta ética no uso dos recursos e transparência



público adequado	financeira e administrativa.
Compromisso dos gestores centrais	Com a boa formação dos docentes e funcionários da educação, propiciando o seu ingresso por concurso público, a sua formação continuada e a valorização da carreira; ambiente e condições propícias ao bom trabalho pedagógico; conhecimento e domínio de processos de avaliação que reorientem as ações.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Silva (2009).

A partir do quadro acima e frente às discussões apresentadas, a qualidade social da educação, referida nesse trabalho, coadunam com a compreensão de que a educação é uma prática social e um ato político (SILVA, 2009). Esta autora ainda acrescenta que uma educação de qualidade social se fundamenta por um conjunto de elementos e dimensões socioeconômicas e culturais que perpassam pelo modo de viver e pelas expectativas dos estudantes e de suas famílias com a educação. É a que busca compreender tanto as políticas governamentais como os projetos sociais e ambientais em seu sentido político, com vistas para o bem comum; que batalha por um adequado financiamento, por valorização social e pelo reconhecimento dos trabalhadores em educação; e a que transforma todos os espaços em lugar de vivências efetivamente democráticas com aprendizagens significativas. Assim, será possível alcançar o desenvolvimento humano em suas múltiplas potencialidades, bem como uma educação de qualidade, que é um direito de todo cidadão (SORDI et al., 2016). Direito que precisa estar contemplado no currículo, assunto este que será tratado a seguir.

Quanto aos estudos referentes ao currículo se tem que quando ele é imposto no ambiente escolar se constitui por constantes desafios que podem ser discretos e intensos ao mesmo tempo, dificilmente se transforma em pauta para reflexão da sua aplicabilidade. Um currículo vertical é estipulado por um sistema que não leva em consideração a identidade da escola, ignorando os interesses da sociedade, concentrando suas forças no favorecimento do mercado, fortalecendo inconsistências no currículo e minimizando o processo democrático que deveria ocorrer durante a elaboração das orientações



curriculares. O currículo tem uma intenção, mas é o reflexo de quem o criou (SACRISTÁN, 2013).

Sacristán (2013) aponta que:

Aos professores e textos, precisamos apresentar os usos e as propostas de desenvolvimento do currículo: documentos sobre as exigências curriculares impostos pelas autoridades da educação, normas técnicas às quais os professores devem se submeter e exigências de notas ou conceitos mínimos nas provas de avaliação externa, quando existem. Não haverá mudança significativa de cultura na escolarização se não forem alterados os mecanismos que produzem a intermediação didática (SACRISTÁN, 2013, p. 22).

Reconhecer que existem interesses comerciais na elaboração do currículo é uma forma de iniciar reflexões sobre o tipo de currículo que se precisa para formar o aluno que a sociedade necessita. A falta de autonomia da equipe gestora limita suas ações e fortalece a prática reprodutora de conteúdos, dificultando a possibilidade de ofertar uma educação pública de qualidade. “Além dos livros didáticos, existe uma política editorial e cultural além das intenções de servir ao ensino”. (SACRISTÁN, 2013, p.22).

Um currículo deve estar alinhado à legislação, mas será que aqueles com o poder estão preocupados com as reais necessidades do cidadão e seus interesses individuais e coletivos? Pensar no currículo não é apenas pensar em habilidades e competências, o currículo vai além do prescrito, ele é o coração da educação, ele extravasa aquilo que está no papel, assim o educador pode encontrar uma forma de ultrapassar as barreiras que foram criadas, formando um aluno ilimitado.

Questionamentos são necessários para reflexão do que temos e do que queremos. Sacristán (2013) apontava:

O conteúdo que regula os aspectos estruturadores sobre os quais falamos tem o mesmo valor para todos? Frequentemente, temos de considerar que toda essa máquina reguladora, junto com seus conteúdos, tem de ser movida por alguém ou algo, ela precisa de energia para funcionar, um impulso ou motivo. A serviço do que ou de quem está esse poder regulador, e como ele nos afeta? O que ou quem pode ou deve exercê-lo? Qual é o interesse dominante no que é regulado? Qual



grau de tolerância existe na interpretação das normas reguladoras? (SACRISTÁN, 2013, p. 23).

Não basta apenas refletir e questionar, é preciso agir “atuar na direção contra hegemônica desse processo devastador é tomar a vida escolar como uma experiência de construção de dignidade, que configure identidades promissoras e desenvolva capacidades e habilidades para construir significados, de fato, importantes para a vida humana” (PONCE, 2018).

É preciso olhar o currículo como um meio de libertação que combata a privatização da educação e reconheça os novos valores da sociedade, podendo ser o início da democracia educacional, com isso, a aprendizagem significativa passará pelo currículo, como todas as políticas públicas precisam necessariamente percorrer uma sala de aula para se concretizar. A desigualdade social é construída pelo homem e pode ser combatida pelo mesmo através do currículo. Ponce (2018) argumenta:

Um dos fundamentos importantes da justiça distributiva é o da necessária distribuição dos bens sociais para todos. No caso da educação escolar, o bem social expressa-se, nesse raciocínio, por serviços escolares amplamente distribuídos. Nessa concepção de distribuição, não se coloca a questão da qualidade da educação distribuída, do currículo “adotado”. Segundo Connell (1995, p. 28), “[...] precisamos ir além do conceito de justiça distributiva, em direção a um conceito de justiça efetivado na seleção e organização do conhecimento no currículo”, ao que se acrescenta o necessário cuidado com os sujeitos, e uma organização e proposta escolar que contemple uma convivência construtora de identidades igualmente democráticas (PONCE, 2018, p. 31).

Para a efetivação da justiça curricular e diminuição das desigualdades é preciso construir um currículo acessível, que reconheça e valorize a equidade. Essa educação deixa de avaliar o aluno por meio de uma “régua padronizada” e passa a considerar a aprendizagem do discente e as contribuições do currículo para dar continuidade nos avanços.

Na busca de construir esse currículo justo é preciso considerar três dimensões:

[...]dimensões da justiça curricular a serem buscadas/construídas cotidianamente: a do conhecimento, compreendida como uma estratégia



de produção da existência digna (Severino, 2001, p. 40); a do cuidado com todos os sujeitos do currículo, para que se viabilize o acesso ao pleno direito à educação de qualidade social, o que envolve a afirmação de direitos; e a da convivência escolar democrática e solidária, para que se consolidem valores humanitários e se crie uma cultura de debate democrático e de respeito ao outro (PONCE, 2018, p. 36).

Adequar o currículo de acordo com a comunidade atendida é fundamental para o sucesso da qualidade social da educação, contudo é preciso formar os professores que construirão esse currículo de forma colaborativa, para que haja subsídios qualitativos que possam contribuir para uma aprendizagem significativa.

A partir de todo exposto, é preciso considerar a relação existente entre a qualidade social da educação e a justiça curricular quando se trata das dimensões de ambos os conceitos. Silva (2009) aponta que fatores econômicos, socioculturais, financiamento adequado, e compromisso dos gestores centrais tende a propiciar conhecimento, cuidado e melhor convivência aos sujeitos envolvidos no processo, enquanto Ponce (2018) indica que o conhecimento, o cuidado e a convivência são dimensões que viabilizam o acesso ao pleno direito à educação de qualidade social.

Correlacionando currículo e gestão democrática nas palavras de Paro (2007), o currículo escolar tradicional menospreza questões cotidianas do conhecimento e de globalização, elege a ética e a moral como finalidade única da família e desaprova a evolução dos meios de comunicação e informação. Dessa forma, a democratização da escola não se concretiza, à medida que as funções são fragmentadas.

A justificativa de tal divisão é a necessidade de maior racionalidade na utilização dos escassos recursos disponíveis, propondo-se o reordenamento dos currículos e programas em bases mais funcionais e objetivas, o planejamento meticuloso e a divisão em unidades menores das atividades didáticas, o acompanhamento do trabalho docente e discente por supervisores e orientadores especificamente habilitados para essa tarefa, tudo isso visando à maior eficiência na obtenção dos objetivos educacionais (PARO, 2008, p.130).



Enfim, na gestão democrática a construção do currículo deve ocorrer de forma participativa e colaborativa, eximindo uma hierarquização vertical, ou seja, a ótica do gestor e da equipe formadora pode influenciar diretamente na construção desse currículo, sendo um instrumento conservador ou transformador no processo.

3 INTRODUÇÃO PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o propósito de discutir como os gestores e professores lidam com as inconsistências das orientações curriculares direcionadas por seus órgãos centrais, as pesquisas a que se referem este trabalho seguem uma abordagem metodológica de cunho primordialmente qualitativo, incluindo análise de documentos (GIL, 2010) e procedimentos da pesquisa-ação colaborativa (IBIAPINA, 2008).

Os estudos em tela estão fundamentalmente pautados na análise de documentos dos dois cenários de pesquisa. Esta escolha se deu para dar maior profundidade às discussões apresentadas. O lócus das pesquisas são escolas pertencentes aos municípios localizados na região do Grande ABC Paulista, mais especificamente Diadema e Ribeirão Pires.

Em relação ao município de Diadema, apresenta enquanto dado populacional, conforme o último senso realizado em 2010, o número de 386.089 habitantes (IBGE, 2010).

A Rede Municipal de Educação de Diadema conta com 63 escolas diretas das quais oferta as modalidades de ensino: Educação Infantil (creche e pré-escola), Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos. Cumpre evidenciar que o recorte deste estudo contempla apenas a Educação Infantil no que concerne a pré-escola, quanto a ela, são 28 escolas que atendem os alunos na faixa etária de 4 e 5 anos de idade.

A cidade de Diadema faz divisa com dois municípios: São Paulo e São Bernardo do Campo. Ela conta com uma extensão territorial de 30,796 KM² e IDHM 0,757.



Em 2007, sob gestão do governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores, o município diademense publicou a orientação curricular para o trabalho com a Educação Infantil pré-escolar sobre a qual toda rede de ensino se apoia desde então.

Sete anos depois, com a mudança do governo para o Partido Verde, a rede municipal de Diadema passou a seguir o Referencial Curricular do Sistema SESI-SP de Ensino para a Educação Infantil com faixa etária de 4 e 5 anos de idade. Com o Referencial Curricular veio um apostilamento de atividades para as crianças dessa faixa etária.

De 2014 a 2018, o município de Diadema ofereceu formações a seu corpo docente para que ele conseguisse trabalhar com os materiais disponibilizados do Sistema SESI-SP de Ensino.

Em 2017, a rede municipal de Diadema optou por oferecer aos seus professores uma formação a nível de Extensão Universitária sobre o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) para a Educação Infantil.

Já em 2018, com a aprovação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Prefeitura de Diadema começou a discutir sobre como coloca-la em prática e, para isso, buscou formar seus docentes à nova proposta estabelecida em âmbito nacional.

Os documentos acima descritos estiveram em vigor nas discussões e/ou práticas curriculares da rede diademense, simultaneamente, nos anos de 2017 e 2018. A partir de 2019, o Referencial Curricular do Sistema SESI-SP de Ensino deixou de fazer parte dos documentos oficiais para o trabalho com a Educação Infantil e passou a entrar em vigor o material disponibilizado pelo Programa Nacional Do Livro e do Material Didático (PNLD) ancorado pela Base Nacional Comum Curricular.

Outro dado relevante é o de que neste ano (2019) a rede municipal de Diadema tem reunido seus docentes com a intenção de visitar a Proposta Curricular de 2007, fazer uma discussão sobre o que ela traz e atrelar ao que é proposto pela Base Nacional Comum Curricular.



Já Ribeirão Pires é uma cidade considerada Estância Turística, faz divisa com outros três municípios da região do ABC Paulista. A cidade tem um terço da mata atlântica preservada, com baixo nível populacional, pois constantes campanhas locais buscam manter o controle de crescimento de habitantes. De acordo com o IBGE (Censo, 2010) estima-se que a população da cidade seja de 113.068 habitantes.

A escola pesquisada pertence à Rede Estadual do Estado de São Paulo, com uma média de 200 alunos matriculados nos últimos três anos (2017 a 2019), atendendo unicamente os alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Essa escola é de tempo integral, dividida em dois momentos, ensino regular no período da manhã e três aulas de oficinas no período da tarde.

A escola está localizada num bairro de classe média, mas atende alunos de três municípios (Ribeirão Pires, Rio grande da Serra e Mauá). A escola tem uma alta procura por vagas por ser de período integral e possibilitar um maior tempo do dia dos alunos dentro da escola, favorecendo a rotina dos pais trabalhadores.

Uma das principais dificuldades na rotina escolar é a falta de um currículo que possa contribuir com as oficinas pedagógicas. O que a rede estadual fornece é apenas uma matriz curricular para o trabalho com a Educação em Tempo Integral, conforme é apresenta a seguir:

Quadro 1- Matriz Curricular – Escola de Tempo Integral

Matriz Curricular Ensino Fundamental - anos iniciais						
BASE NACIONAL COMUM	COMPONENTES CURRICULARES	ANO	ANO	ANO	ANO	ANO
		1°	2°	3°	4°	5°
		n° de aulas	n° de aulas	n° de aulas	n° de aulas	n° de aulas
	Língua Portuguesa	11	11	11	11	11
	Arte	2	2	2	2	2
	Educação Física	2	2	2	2	2
	Matemática	7	7	7	7	7
	Ciências Físicas e Biológicas	3	3	3	3	3
	História					



	Geografia					
TOTAL DA BASE NACIONAL COMUM		25	25	25	25	25
	Leitura e Produção de Textos	2	2	2	2	2
	Experiências Matemáticas	3	3	3	3	3
	Educação Socioemocional	1	1	1	1	1
	Linguagens Artísticas	2	2	2	2	2
	Cultura do Movimento	2	2	2	2	2
	Orientação de Estudos	2	2	2	2	2
	Língua Estrangeira- Inglês	3	3	3	3	3
TOTAL DA PARTE DIVERSIFICADA		15	15	15	15	15
TOTAL GERAL		40	40	40	40	40

Fonte: Resolução SE-60, de 6-12-2017

Como é possível observar, a rede Estadual de ensino, da qual pertence a escola pesquisada, apenas disponibiliza uma matriz curricular que define os conteúdos para o trabalho educacional de tempo integral.

A partir da contextualização e documentos apresentados dos dois cenários, retoma-se que o presente trabalho advém da relação com outras duas pesquisas em andamento. Há que se dizer que em Diadema o primeiro documento analisado - Proposta Curricular 2007 - foi idealizado e formulado com a participação dos atores deste seguimento de ensino por representatividade. Ele esteve presente nas discussões que envolveram as práticas curriculares, principalmente, nas revisitações do proposto pelos Projetos Políticos Pedagógicos de cada escola.

O segundo documento foi o Referencial Curricular do Sistema SESI de Ensino, junto a ele a rede Municipal de Diadema recebeu um apostilamento de atividades da qual suscitou a instigação de práticas na Educação Infantil como forma preparatória para o Ensino Fundamental.

O PNAIC foi o terceiro documento apresentado, com ele aumentaram os conflitos teórico-práticos entre os docentes da Educação Infantil no que concerne os trabalhos orientados pelo Sistema Sesi de Ensino. Onde no primeiro, a utilização buscou propiciar momentos de experimentação e



autonomia da criança durante o processo de ensino aprendizagem, enquanto no segundo, muitas vezes o material pode ter sido utilizado como preparação para o acesso ao Ensino Fundamental.

Por último, houve a inserção de mais um documento norteador das práticas curriculares diademense com a BNCC que aguça ainda mais os conflitos existentes entre o que havia como orientador curricular do Sistema SESI de Ensino e seu apostilamento, com atividades mais tradicionais, e os campos de experimentação trazido pela Base Nacional Comum Curricular em que as crianças venham a ser sujeitos ativos construtores de seu processo de ensino-aprendizagem.

Em face ao exposto, cabe salientar que nenhum dos documentos referidos sobre a rede de Diadema deixou de atender as legislações vigentes de suas épocas. No entanto, o material apostilado de atividades ofertado pelo Sistema SESI de Ensino foi o que destoou dos demais referenciais curriculares de ensino pela forma como buscava preparar a criança da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, deixando de primar pelas habilidades necessárias próprias da faixa etária de 4 e 5 anos de idade.

Referente à escola localizada no município de Ribeirão Pires, tem-se o dado de que o oferecimento apenas da matriz curricular para o trabalho que com uma escola de tempo integral não satisfaz as necessidades basilares da unidade escolar. A inexistência de uma orientação curricular propicia um trabalho escolar independente que pode não estar relacionado necessariamente com os objetivos estabelecidos pela rede Estadual de ensino no que concerne ao desenvolvimento pedagógico dos alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Discutir a inexistência de um currículo como orientador do desenvolvimento pedagógico para o trabalho de uma escola localizada no município de Ribeirão Pires e fazer a discussão da sobreposição de orientações



curriculares para a Educação Infantil no município diademense suscita considerar que não ter uma referência curricular ou tê-la em excesso dificulta o real exercício de contextualizar um currículo adequado à realidade educacional.

Diante dos estudos realizados, emerge a necessidade de haver um equilíbrio quanto às orientações curriculares das redes públicas de ensino, visto que, a existência de uma proposta curricular orientadora faz com que a rede visualize os caminhos pelos quais irão percorrer e saiba aonde se quer chegar. De mesma forma, a sobreposição de documentos orientadores não colabora com o percurso a ser seguido pela rede de ensino, pois no caminho há uma tendência de cada gestor ou professor seguir caminhos distintos dos demais.

Um currículo construído de forma colaborativa tende a ser mais justo a partir da possibilidade de desenvolver o papel transformador da escola no processo de discussão sobre a busca da justiça social por meio da educação, busca essa que precisa ocorrer dia a dia por todos os possíveis meios, inclusive, pela escola (PONCE, 2018).

Continua atual a discussão da Proposta Curricular de 2007 em Diadema, provavelmente, por ter sido construída pelos atores de sua rede municipal. Com isso, espera-se que na escola de Ribeirão Pires o currículo construído de forma colaborativa permaneça ativo, porém, não ter um documento como referencial pode proporcionar a chegada a resultados discrepantes aos objetivos desta rede de ensino. Em virtude disso, tem-se que quando o currículo é construído de forma colaborativa ele permanece vivo por um maior tempo seja na escola ou na rede de ensino a qual pertence.

Um bom currículo escolar é aquele construído concomitantemente à comunidade escolar, pois a veracidade da escola está intrinsecamente ligada ao meio em que está inserida. A gestão democrática possibilita uma proximidade maior entre os sujeitos envolvidos no espaço escolar, pois, quando pais, alunos, professores, funcionários e toda a comunidade compartilham e dialogam sobre as ações e decisões da escola, os mesmos sentem-se pertencentes a ela. Enfim, educar para a democracia, só será possível quando os diversos setores da escola



forem abertos à democratização, extrapolando os discursos e teorias latentes em documentos e legislações vigentes.

Frente a tudo que foi dito, espera-se que as redes de ensino construam com sua equipe um documento orientador das práticas curriculares, no qual tal documento seja produto de discussões sobre a temática e que o orientador curricular favoreça uma flexibilidade à sua aplicabilidade para que o currículo da escola esteja de acordo com sua realidade.

REFERÊNCIAS

APLLE, M.; BEANE, J. (Orgs.) **Escolas democráticas**. São Paulo: Cortez, 2001.

BERTAGNA, R. H. **Dimensões da formação humana e qualidade social:** referência para os processos avaliativos participativos. In: SORDI, M.R.L de; VARANI, A.; MEDES, G.S.C.V. (Org.) *Qualidade(s) da escola pública: reinventando a avaliação como resistência*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

BERTAGNA, R.H.; OLIVEIRA, S.B.; SILVA, M.M. **Formação Humana como referência para a construção da qualidade social da escola pública**. In: SORDI, M. R. L. et al. *A qualidade social da escola pública: políticas, princípios e práticas avaliativas contrarregulatórias*. Anais...XVIII Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino: Cuiabá- MT: universidade Federal do Mato Grosso, 2016. P. 11.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 3. Maio 2019.

BRASIL. **Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 3. Maio 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edição Câmara, 2015. Disponível em



[file:///C:/Users/Administrador.SMCBR-QMK1/Downloads/plano_nacional_educacao_2014-2024_2ed%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Administrador.SMCBR-QMK1/Downloads/plano_nacional_educacao_2014-2024_2ed%20(1).pdf).

Acesso em: maio. 2019.

CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia:** o discurso competente e outras falas. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J.F. **A Qualidade da Educação:** perspectivas e desafios. Cad. Cedes, Campinas, v. 29, n. 78, p.201-215, maio/ago. 2009.

_____. SANTOS, C.A. **A qualidade da educação:** conceitos e definições. Série Documental: Textos para Discussão, Brasília, DF, v. 24, n. 22, 2007.

_____. **A escolha de dirigentes escolares:** políticas e gestão da educação no Brasil. In. FERREIRA, N. S. C. (Org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Orgs.). Autonomia da escola: princípios e propostas. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, A. C.. Como elaborar projetos de Pesquisa. 5ª ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

IBIAPINA, I.M.L.M. **Pesquisa Colaborativa:** Investigação, formação e produção de conhecimentos. Brasília: Líber Livro, 2008. [Série Pesquisa, n. 17].

PARO, V. H. **Diretor Escolar:** educador ou gerente? 1 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **Gestão Democrática da escola pública.** 3 ed. São Paulo: Ática, 2002.

_____. **Gestão da escola pública:** a participação da comunidade. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 73, n. 174, p. 255-299, maio/ago. 1992.

_____. **Gestão Escolar, Democracia e Qualidade do Ensino.** São Paulo: Ática, 2007.

_____. **Política Educacional e Prática da Gestão Escolar.** II Simpósio Internacional. V Fórum Nacional de Educação. 2008.

_____. **Por dentro da escola pública.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PONCE, B.J. **O Currículo e seus desafios na escola pública brasileira:** em busca da justiça curricular. Currículo sem Fronteiras, v. 18, n.3, p. 785-800, set/dez. 2018. Disponível em:



<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss3articles/ponce.pdf>. Acesso em: 13 maio.2019.

SACRISTÁN, J G. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, M. A. da. **Qualidade Social da Educação Pública**: algumas aproximações. Cadernos Cedes, Campinas, v. 29, n. 78, p. 216-226, maio-ago. 2009.

SORDI at al. **Indicadores de qualidade social da educação publica**: avançado no campo avaliativo. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 27, n. 66, p. 716-753, set./dez. 2016

SESI_SP, **Referencial Curricular do Sistema SESI-SP de Ensino**: Educação Infantil / Serviço Social da Indústria (SESI-SP)._1. ed. – São Paulo: São Paulo SESI-SP Editora, 2016.

SESI_SP, **Movimento do aprender**: 4 anos / SESI-SP._1. ed. – São Paulo: São Paulo SESI-SP Editora, 2013.

SESI_SP, **Movimento do aprender**: 5 anos / SESI-SP._1. ed. – São Paulo: São Paulo SESI-SP Editora, 2013.

TEDESCO, Anderson Luiz; REBELLATO, Durlei Maria Bernardom. **Qualidade social da educação**: um debate em aberto. Perspectivas em Políticas Públicas | Belo Horizonte | Vol. VIII | Nº 16 | P. 173-197 | jul/dez 2015

Sites consultados:

http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/60_17.HTM?Time=10/05/2019%2006:19:37. Acesso em 10 de maio de 2019.

file:///C:/Users/Xirlaine/Downloads/Apostila-ED_INFANTIL-ok.pdf. Acesso em 09 de maio de 2019.

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em 08 de maio de 2019.

http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/portaria_mec_826_alterada.pdf. Acesso em 12 de maio de 2019.

Recebido em 20-01-2020
Aceito em 09-12-2021

